

PORQUE AINDA FALAR E BUSCAR FAZER EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA?

WHY STILL TALK AND SEEK TO DO UNIVERSITY EXTENSION?

¿POR QUÉ TODAVÍA HABLAR Y BUSCAR HACER EXTENSIÓN UNIVERSITARIA?

Cristiane Moraes Marinho¹
Helder Ribeiro Freitas²
France Maria Gontijo Coelho³
Moisés Felix de Carvalho Neto⁴

RESUMO

Atualmente a extensão universitária é compreendida como componente constitutivo da formação superior e elemento indissociável do ensino e da pesquisa. O presente trabalho teve por objetivo abordar aspectos históricos, conceituais, princípios e diretrizes que fundamentam teórica e metodologicamente a ação extensionista nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica foram revisadas discussões em algumas das principais referências sobre a temática. Observou-se que a extensão universitária não pode ser entendida como ação pontual e unidirecional das instituições para com a sociedade, esta deve ser compreendida como um processo que envolve dimensões educativas, culturais e técnico-científicas em intervenções cidadãs nas quais os sujeitos das universidade/institutos federais e da sociedade estabelecem relações horizontais de participação nas ações e tomadas de decisões, com vistas às transformações sociais.

Palavras-chave: Universidade. Dialogicidade. Função Social. Intervenção.

ABSTRACT

At present, university extension is understood as a constituent component of higher education and an inseparable element of teaching and research. The present work had as objective to address historical, conceptual, principles and guidelines that theoretically and methodologically base the extensionist action in Higher Education Institutions in Brazil. Through bibliographic research, discussions were reviewed in some of the main references on the subject. It was observed that university extension cannot be understood as a one-way and unidirectional action of institutions towards society, it must be understood as a process

¹ Doutoranda em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria (PPGErX/UFSM). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFERTÃO-PE). E-mail: cristianeifsertao@gmail.com.

² Doutor em Solos. Professor Associado da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Coordenador CVT/NEA/NUSAN Sertão Agroecológico. E-mail: helder.freitas@univasf.edu.br.

³ Doutora em Sociologia. Professora aposentada do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa – UFV. E-mail: fmgontijo.coelho@gmail.com.

⁴ Doutorando em Agronomia na Universidade Federal de Roraima (POSAGRO/UFRR). E-mail: moises.fcn@gmail.com.

involving educational, cultural and technical-scientific dimensions in citizen interventions in which the subjects of the university/federal institutes and society establish horizontal relations of participation in actions and decision-making, with a view to social transformations.

Keywords: University. Dialogicity. Social role. Intervention.

RESUMEN

Actualmente la extensión universitaria es comprendida como componente constitutivo de la formación superior y elemento indisociable de la enseñanza y la investigación. El presente trabajo tuvo por objetivo abordar aspectos históricos, conceptuales, principios y directrices que fundamentan teórica y metodológicamente la acción extensionista en las Instituciones de Enseñanza Superior en Brasil. Por medio de la investigación bibliográfica se revisaron discusiones en algunas de las principales referencias sobre la temática. Se observó que la extensión universitaria no puede ser entendida como acción puntual y unidireccional de las instituciones hacia la sociedad, ésta debe ser comprendida como un proceso que involucra dimensiones educativas, culturales y técnico-científicas en intervenciones ciudadanas en las cuales los sujetos de las universidades / institutos federales y de la sociedad establecen relaciones horizontales de participación en las acciones y tomas de decisiones, con miras a las transformaciones sociales.

Palabras clave: Universidad. Dialogicidad. Función Social. Intervención.

INTRODUÇÃO

O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 1983, p. 36).

Diante do quadro político brasileiro de contenção de recursos para educação e, mais especificamente, para educação superior, tudo indica que se torna necessário colocar a questão que abre como título neste artigo. Em um contexto de cortes orçamentários para as instituições públicas responsáveis pela realização de direitos sociais, como é o da educação, não só as práticas da extensão como as de pesquisa parecem ameaçadas em sua existência nas IFES. A situação é tão grave no Brasil, que temos de vigiar as decisões nessas instituições para não passarem a conceber essas práticas como um algo descartável, diante das óbvias disputas internas de distribuição dos fundos públicos recebidos.

Mas, o que será do ensino sem a pesquisa? Tudo indica que esse questionamento recebe uma indignação razoável dentro do campo acadêmico. No entanto, se a questão voltar-se para “o que será do ensino e da pesquisa sem a extensão”, acredita-se que o tom da conversa pode mudar de cadência, ou seja, bem... a extensão não é tão importante assim.

Desde 1969 o tripé ensino-pesquisa-extensão passou a caracterizar as IFES no Brasil. Entretanto a extensão sempre foi o suporte menor e “candembe” desse tripé. Para o ensino toda uma estrutura foi consolidada para regular, demarcar e efetivar seu funcionamento. Da mesma forma a pesquisa, indo da graduação até a pós-graduação. Já a extensão vem convivendo com a descontinuidade de políticas públicas de incentivo, regulação e avaliação.

Além disso, internamente nas instituições, é comum uma valoração menor ao trabalho de extensão, feito por docentes, técnicos e estudantes. Mesmo que o contexto presente seja motivador para questionamentos sobre qual o papel da extensão universitária no Brasil, é muito comum seu desprestígio e vulnerabilidade nas instituições públicas de ensino superior apesar, dos brados elogios manifestos em momentos específicos.

Essa natureza endêmica e de vulnerabilidade como função menor nas IFES carece de entendimento. Os registros e a história das experiências de extensão universitária podem trazer esclarecimentos sobre os porquês dessa atribuição desqualificadora da extensão. Além disso, precisa-se pensar sobre porque e como ela merece ser repensada e valorizada, principalmente neste contexto de restrições nos recursos para as instituições públicas.

Diante do exposto, o presente trabalho teve por objetivo abordar aspectos históricos, conceituais, princípios e diretrizes que fundamentam teórica e metodologicamente a ação extensionista nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, por meio de uma pesquisa bibliográfica a partir das principais referências nesta linha de pesquisa.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi realizado ao longo do ano de 2018 por meio de pesquisa bibliográfica e seguiu, como qualquer outra modalidade de pesquisa, as etapas formuladas a partir de Gil (2002), a saber: escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto.

Considerando o objetivo proposto recorreu-se a livros, artigos científicos, dissertações, teses e a textos da legislação nacional que abordavam a extensão universitária e que contribuíssem para a discussão dos aspectos conceituais, históricos e dos princípios teóricos e metodológicos da temática proposta.

ABORDAGENS E DISCUSSÃO TEÓRICA

HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A história do extensionismo universitário remete, segundo Rocha (2001), à segunda metade do século XIX, na Inglaterra, quando experiências de palestras levaram à institucionalização da extensão enquanto componente da estrutura e funcionamento dessas universidades. No mesmo formato, de exposições de conhecimentos, provavelmente a primeira iniciativa de criação de um programa formal de “cursos de extensão” levados para diversas regiões e setores da sociedade, foram desenvolvidas pela universidade de Cambridge, a partir de 1867.

Se em sua origem as universidades inglesas destinavam-se à formação da nobreza e das elites. A partir da Revolução Industrial as mesmas diversificam suas atividades e passam a contribuir com a adequação e manutenção da ordem social, tanto por meio da preparação técnica das elites, quanto reservando atenção às camadas populares, que se tornavam mais expressivas e reivindicativas (FAGUNDES, 1986). Este contexto de difusão do saber socialmente necessário, do final do século XIX, esclarece o surgimento das propostas de extensão enquanto atividade necessária às universidades, para que se adequassem e se entrosassem nas mudanças que aconteciam na sociedade.

A partir da Inglaterra a extensão expandiu-se para a Bélgica, Alemanha e conseqüentemente para todo continente europeu, até chegar, em 1890, aos Estados Unidos onde foi associada aos ideais da Revolução Americana e aos projetos de desenvolvimento regional, criando verdadeiras Escolas de Extensão, os *Land Grant Colleges*, um modelo de organização escolar que tinha como forma estruturante as chamadas “experiências do extensionismo cooperativo ou rural” (ROCHA, 2001, p. 17).

O modelo americano dos “*Land-Grant Colleges*” influenciou fortemente algumas universidades rurais brasileiras criadas na década de 1920, com destaque para as Escolas Superiores de Lavras e de Viçosa. A primeira, em 1921, com a publicação da revista intitulada *O agricultor*, dá início a um trabalho de difusão e educação de agropecuaristas brasileiros (ROCHA, 2001). Já a Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV), hoje Universidade Federal de Viçosa (UFV), é apontada como uma das primeiras a promover de forma institucionalizada a Extensão Rural no Brasil, em ação de Extensão Universitária

denominada Semana do Fazendeiro (PEIXOTO, 2008), evento que ocorre anualmente desde 1929 até à atualidade.

Nesse contexto, observa-se que na prática, as atividades de extensão nas universidades brasileiras remetem ao início do século XX. Das três dimensões que constituem a universidade a Extensão foi a última a surgir conforme destaca Paula (2013). Em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, a extensão ainda é apontada de forma muito rápida e tímida no texto da lei frente às iniciativas e práticas já em curso nas universidades.

Nesta lei a prática extensionistas é reduzida à realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que, conforme Nogueira (2001, p. 59), ainda estavam muito direcionados a um público que já tinha acesso à Universidade, como destaca a autora “seja frequentando seus cursos regulares ou portadores de diplomas universitários”. Uma evidência deste distanciamento entre o texto legal e a prática extensionista foram as iniciativas da União Nacional dos Estudantes (UNE) entre 1960 e 1964 em que houve intensa atuação de universitários brasileiros de forma não institucionalizada tendo como propósito promover a participação e troca de experiências entre estudantes universitários e comunidades carentes. Com o golpe militar de 1964 estas iniciativas desapareceram e organizações como a UNE e os demais movimentos sociais populares foram criminalizados, perseguidos e combatidos.

A partir da perspectiva do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), bem como a Reforma Universitária de 1968, a Extensão Universitária passou a tomar em parte a dimensão que tem hoje. Conforme estabelecido em lei:

[...] Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes (BRASIL, 1968, p.1).

Deste modo, além do ensino e da pesquisa, a extensão passa a ser atribuída também como uma das bases constitutivas da missão social das universidades brasileiras. A relação da universidade com a sociedade incorpora uma nova dimensão que se apresenta no compromisso da universidade em promover esta terceira função social por meio do compromisso com as iniciativas de Extensão Universitária.

A ênfase da análise sobre o compromisso social da universidade brasileira, sob o ângulo da extensão universitária, recai sobre o pensamento do MEC e do CRUB a partir da segunda metade da década de 60 até o presente. Esta delimitação justifica-se, quando se atenta para a importância que a extensão adquire nesse período, sendo alçada, com a Reforma Universitária de 1968, ao foro de terceira função da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa. Mais ainda, convém salientar que foram o MEC e o CRUB – órgãos dos quais emanam as principais diretrizes extensionistas, mais daquele do que deste – que pensaram, de forma mais sistemática a extensão e o projetaram-na com uma modalidade de a universidade suprir a falta de contato com um público maior e desincumbir-se de seus compromissos sociais (FAGUNDES, 1986, p. 15).

Nas décadas de 1960 e 1970 várias ditaduras se estabeleceram na América Latina e as iniciativas das organizações estudantis foram fortemente reprimidas. Paralelamente, surgiram experiências isoladas de ações de Estado que levaram à constituição das estruturas burocráticas de promoção e coordenação das ações de extensão no âmbito das Universidades Brasileiras como:

[...] foi o caso do Projeto Rondon e dos CRUTAC, no Brasil; do SECIGRA, no Peru, entre outros. Atuou-se igualmente no sentido de criar estruturas próprias de coordenação da Extensão, propiciando sua INSTITUCIONALIZAÇÃO mediante constituição de Pró-Reitorias, Decanatos, Departamentos de Extensão, etc (ROCHA, 2001, p. 21).

O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)⁵ foi criado em 1966 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com o propósito de promover a atuação de estudantes universitários em comunidades rurais. Já o Projeto Rondon foi criado em 1968 vinculado ao Ministério do Interior e Forças Armadas para promover o intercâmbio entre estudantes e comunidades de diferentes regiões brasileiras. Estas iniciativas podem ser entendidas “como estratégias para envolver o estudante universitário em ações sociais nas comunidades carentes sob a tutela do governo militar” (NOGUEIRA, 2001, p. 60). Em outros países, também, tais iniciativas surgiram, com a mesma finalidade.

Vale também apontar que neste mesmo período, décadas de 60 e parte da década de 70

⁵ De acordo com LEITE e NUNES (2009, p. 428) “A modalidade de extensão universitária desenvolvida no CRUTAC [...] se desenvolveu em 22 universidades brasileiras, nos estados do Nordeste, no Amazonas, Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás e tinha o apoio financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste”.

do século XX, houve a institucionalização da extensão universitária, por meio da constituição e criação das Pró-Reitorias, dos Decanatos e dos Departamentos de Extensão nas universidades brasileiras (ROCHA, 2001).

Somente com a redemocratização e ampliação dos movimentos sociais na América Latina nos anos de 1980 as comunidades universitárias, constituídas por associações de docentes e técnicos e, novamente, dos movimentos estudantis, passaram a debater e se manifestar no sentido de promover maior atuação das universidades junto aos diferentes contextos e realidades sociais. Assim, a partir de meados da década de 1980 essa discussão culminou com a constituição do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).

Esse fórum possibilitou, ao longo dos anos que se seguiram, a constituição do “Programa de Fomento à Extensão Universitária” e o “Plano Nacional de Extensão Universitária”. De acordo com Nogueira (2001), as iniciativas extensionistas estudantis da década de 1960 também passaram a compor os debates e propostas do FORPROEX tendo como destaque o compromisso social da universidade com as populações carentes, a necessidade de articulação do Ensino e Extensão e a interdisciplinaridade.

Com a Constituição Federal de 1988, legitima-se o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, considerados o tripé das Universidades Brasileiras, conforme expresso no Art. 207: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p.1).

Também a Lei nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ressalta a extensão universitária como uma obrigação das Instituições de Ensino Superior (IES) que atuam no país ampliam suas propostas respaldadas na legislação brasileira.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

[...] VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996, s/p).

A extensão é legalmente respaldada como um componente constitutivo das Instituições de Ensino Superior na medida em que a LDB aponta para a necessidade de articulação entre as atividades fins de Ensino com as atividades de Pesquisa, bem como com

as ações de Extensão Universitária. Nesse sentido, a extensão é destacada como um dos principais elos de interconexão entre a instituição e as demandas dos diferentes atores sociais, saberes e necessidades da sociedade.

Vale destacar que a partir de 2008, a partir da Lei nº 11.892, também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia assumem a finalidade de desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.

FUNDAMENTOS E PRÁTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Mesmo nessa fragilidade institucional, extensa e interna, entendemos que a extensão é parte indispensável à atuação das Instituições de Ensino Superior (IES), pois busca conectar as ações de ensino e pesquisa com os anseios e necessidades da sociedade. O conceito de extensão que se pretende efetivar concebe que este é um trabalho social e não mera prestação de serviços, sendo “uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva produzindo conhecimentos que visam à transformação social” (TAVARES, 2001, p. 79). Esta perspectiva também é compartilhada pela Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica (ensino médio profissionalizante e superior), de modo que, para que esse trabalho se efetive o tripé ensino-pesquisa-extensão deve ser integrado e equilibrado.

O fazer pedagógico desses Institutos [e também das Universidades], ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada (BRASIL, 2008, p. 32).

A Extensão Universitária tem se constituído no âmbito do FORPROEX e das instituições que o constituem como uma forma de superar as desigualdades sociais e estratégia política de inclusão social. Um conceito atualizado de extensão aponta que esta se efetive na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituindo-se em um:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (CONIF, *apud* FORPROEX, 2012, p. 15).

Faz-se necessário promover o debate conceitual da Extensão Universitária de modo a

superar as incompreensões e imprecisões sobre a origem de muitos problemas teórico e ético das práticas extensionistas. A extensão universitária se manifesta em diferentes propostas de atividades e intervenções orientadas por princípios e fundamentos diversos. Neste sentido, Barbosa (2012) discute que tais ações junto à sociedade podem ser classificadas a partir das seguintes concepções de extensão como: “via de mão única” – difusionista/assistencialista; “via de mão dupla” – difusionista ou dialógica (a partir de demandas de ambas as partes); e na forma de “processos educativo, cultural e científico” – dialógica/continuado/permanente (entendido como processo). No quadro 1 tem-se uma síntese dessas concepções:

QUADRO 1. Definições conceituais da extensão em relação à sociedade

Definição	Conceito	Atividade
Via de mão única	A universidade vai à sociedade, levar algo de sua especialidade. A sociedade é apenas receptora.	Assistencialismo, curós, evento, assessoria, prestação de serviço.
Via de mão dupla	A universidade por um lado leva conhecimento para a sociedade e por outro traz o conhecimento.	Por meio da troca de conhecimentos, em termos das demandas da sociedade e da universidade.
Processo educativo, cultural e científico	A extensão como ação cidadã em que a população também é sujeito do conhecimento	Trabalho continuado, permanente e que contemple as possibilidades do conhecimento teórico.

Fonte: Barbosa (2012: p. 23).

Conforme Barbosa (2012), não é possível delimitar o marco temporal no qual ocorreram as mudanças no conceito e nas concepções de extensão, até porque ainda hoje observam-se muito das práticas extensionistas de “via de mão única” no âmbito das universidades, embora tal concepção seja alvo de intensas críticas.

Uma primeira crítica é que esse discurso é demagógico, pois é uma visão falsa de um processo que tem pretensão de homogeneização e horizontalização na relação entre saberes, dos universitários (técnicos, professores e estudantes) com aqueles que não fazem parte do campo acadêmico ou universidade. Já que o conhecimento só vai ou só volta, cada um ficando com o seu, o papel mutuamente de transformação da extensão não é posto em questionamento. Normalmente essa ideia de “mão dupla”, significa uma concepção ingênua sobre métodos e resultados das ações extensionistas e, normalmente, as propostas levam à manutenção do *status quo*, num “faz de conta que te ensino e que você me ensina”, mas na realidade sou eu que mando no processo e cabe ao outro acatar o que é ditado, apontado como proposta pronta pelos universitários. É mão dupla, mas sempre o outro é o ignorante que deve aprender o que

lhe cabe. Ainda é o difusionismo no qual o outro é local de depósito do saber de alguém que, no fundo, se julga sábio diante de um ignorante.

Superar essa visão ingênua, autoritária e demagógica da extensão exige que se admita que se trata da aproximação difícil, diga-se de passagem, entre diferentes e não aproximação entre um pior com um melhor. E que todo ser é sujeito e capaz de conhecimento. Se há algum ignorante, somos nós, que desconhecemos o que ele já sabe.

Dentre os principais críticos ao extensionismo difusionista destaca-se Freire que na obra intitulada *Extensão ou Comunicação?* a partir de uma análise semântica do termo extensão, esclarece que esse, em seu “campo associativo”, encontra relação significativa com os termos transmissão, entrega, doação, messianismo, mas também mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. Para este autor:

[...] estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa”, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações (FREIRE, 1983, p. 13).

A superação da ideologia difusionista da simples “transferência”, ou de “via de mão única” tem sido um desafio para a extensão universitária, a qual tem se apresentado atualmente, no âmbito das diretrizes e propostas de ações constituídas no contexto do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão.

Analisando questões pedagógicas, éticas e políticas da extensão universitária Coelho (2014) destaca, dentre outras questões, a crítica à transformação do grupo social envolvido na intervenção social em “público-alvo”. Essa perspectiva remete à ideia de objeto ou coisa sobre a qual os universitários (em posição superior) exercem algumas ações. Assim, pode-se destacar a prepotência cientificista-tecnológica e etnocêntrica que permeiam as ações extensão universitária fundamentada por estas perspectivas.

Enquanto a concepção de Extensão não muda – para, por exemplo, intervenções sociotécnicas ou qualquer outro termo que garanta a superação da prepotência cientificista-tecnológica e etnocêntrica - seguem muito pertinentes as críticas às nossas intenções e práticas, ou seja, ao que está instituído nas Universidades como Extensão Universitária (COELHO, 2014, p. 122-123).

Ao pontuar as concepções cientificista-tecnológica e etnocêntrica que predominam nas

ações de Extensão Universitária Coelho (Op cit.) destaca a perspectiva Etnocientífica enquanto um caminho para intervenções dialógica e participativas entre os saberes produzidos na academia e os saberes locais.

Para ajudar na reflexão da Extensão Universitária que pode resultar numa prática efetivamente democrática e participativa, tudo indica que seria interessante uma concepção diferenciada de ciência. A resignificação da ciência seria vê-la enquanto uma etnociência, que tem como ponto de partida o conhecimento local ou tradicional. A compreensão do conhecimento do outro é o propósito primeiro desse tipo de ciência e a problematização compartilhada desse conhecimento, seu traço metodológico que a distingue enquanto ciência da vida (COELHO, 2014, p.178).

Propostas fundamentadas em relações dialógicas, como proposto por Freire (1983), tem ganhado espaço no ambiente das interações universidade – sociedade, especialmente nas ações envolvendo intervenções da universidade junto a movimentos sociais. O diálogo possibilita que os grupos sociais envolvidos nas intervenções exerçam papel de “educandos-educadores”. Nessa, a “inversão de papéis pode ser esperada nessas experiências sociais de intervenção na sociedade” (COELHO, 2014, p. 174) de forma a se possibilitar diálogos e relações sociais mais horizontais e, de fato, educativas e construtoras de novos saberes.

Para tentar superar a tão vazia “mão dupla”, sugere-se a construção de um terceiro saber, nem de uns nem de outros, mas construído. Mas, para isso, é preciso pensar no método, no processo e planejamento, ou seja, no início, no meio e no fim das ações. A identificação de problemas relevantes para a construção de um saber científico popular, ou melhor, etnocientífico que é capaz de mudar, aí sim, aqui e lá, na universidade e na sociedade.

As práticas de Estágios Orientados de estudantes, de Projetos de Extensão ou de Prestação de Serviços como formas de aproximação da Universidade da Sociedade demandam cuidados como ressalta Coelho (2014). Um deles é a legitimação da ideia de Extensão enquanto Prestação de Serviços “Remunerados” por seus conflitos éticos no campo do “Compromisso Social” da Extensão Universitária.

Entretanto, independente da perspectiva da intervenção social da extensão universitária, essa ainda tem se constituído como um campo de disputa no sentido de reconhecimento da sua importância e legitimidade conforme evidenciam os documentos e proposições em constituição junto aos fóruns de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2012). Esse fórum tem debatido e construído uma proposta de política de extensão

universitária no Brasil de modo a se afirmar o papel da Universidade enquanto instrumento de efetiva mudança no modo de se produzir e socializar conhecimentos, bem como na contribuição da Universidade no campo da justiça social e promoção da democracia na Sociedade.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2012) tem apontado para ações fundamentais para enfrentar os desafios da promoção da Extensão Universitária quais sejam: normatização e implementação nas IES; articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas; articulação com os movimentos sociais e com os setores produtivos; apoio à ampliação e democratização do Ensino Superior.

POR UMA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMPROMETIDA COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Com vistas a consolidar o papel transformador da extensão universitária, foram estabelecidos pelo FORPROEX (2012) cinco princípios extensionistas, hoje designados como Diretrizes, no documento intitulado "Política Nacional de Extensão Universitária" sendo:

1. Interação Dialógica.
2. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade.
3. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.
4. Impacto na Formação do Estudante.
5. Impacto e Transformação Social.

No que tange à interação dialógica, está é compreendida como uma ruptura com o modelo clássico de "extensão como transmissão", do polo produtor do conhecimento - a Instituição de Ensino Superior - para o polo passivo receptor - a Sociedade. Tal ruptura por meio da troca de saberes e do diálogo permanente permite uma maior interação entre as IES e a Sociedade. A interação dialógica assim concebida produz-se como processo e ação cidadã da IES para a sociedade e da sociedade para a IES, o que pode garantir à validade dos conhecimentos produzidos em ambas as vias na resolução de problemas da realidade concreta.

Isto porque os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem

à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária (FORPROEX, 2012, p.17).

Assim, a Interação Dialógica, orienta as relações entre a universidade e a sociedade, pautadas no diálogo e na troca de saberes, com a visão freireana de que, nada do que se é gerado, vivido, pensado e explicado ocorre fora do tempo e da história (FREIRE, 1983). Necessário se faz conhecer a história do outro, a sua realidade, para melhor estabelecer uma convivência respeitosa com o parceiro e, aos poucos irem juntos construindo as transformações capazes de elevar a qualidade de vida de todos. Nesse processo, não basta identificar os problemas, conhecer a realidade social dos atores. É preciso agir, aderindo e construindo a práxis, que segundo Carr e Kemmis (2002, p.190).

Práxis é uma ação [...] conscientemente teorizada e que reflexivamente pode informar e transformar a teoria que a orientou. Não pode ser entendida como um mero comportamento [...] A práxis é sempre arriscada, pois exige, que o sujeito da ação faça um julgamento prático, sábio e prudente, sobre como agir em determinada situação (CARR; KEMMIS, 2002, p. 190).

Para a diretriz da interação dialógica seja efetivado deve ser prática das universidades buscar ampliar os espaços e as metodologias de democratização e participação dos sujeitos internos e externos às ações, além de instituições, organizações e movimentos sociais na produção, validação, difusão, trocas de saberes e ressignificação de conhecimentos. Para o extensionista, é fundamental a internalização desse princípio porque, programas e projetos executados em meio real com as comunidades, podem falhar, se os seus realizadores não levarem em conta a visão dos atores locais sobre aquela problemática trabalhada, os reais interesses da população e as ações a serem planejadas com os atores e não para eles.

No que se refere à diretriz Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, estas partem da concepção de que a realidade social é complexa e não pode ser compreendida somente pela soma de fragmentos. Assim, tal diretriz busca combinar a especialização com a visão holística de fatos e fenômenos por meio “interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. (FORPROEX, 2012, p.17).

Nesse sentido, a interprofissionalidade só se efetiva por meio da interdisciplinaridade, que assegura por meio das metodologias participativas, a perfeita interação entre os atores envolvidos na intervenção. Essa diretriz está diretamente relacionada ao compromisso da

extensão universitária com a justiça social e a transformação da realidade, isto porque, o conhecimento requerido hoje, na sociedade pós-moderna, é aquele que contribui para a compreensão do mundo na sua complexidade. Para tanto, deve ser um conhecimento contextualizado.

Isto não é algo fácil de ser conseguido, porque, até o século XX, o conhecimento veiculado na maioria das instituições de ensino foi e, em muitas situações, continua amparado pela especialização, pela fragmentação.

A extensão articulada ao ensino e a pesquisa pode oportunizar a formação profissional e técnica, aliada à formação cidadã, política e pessoal que transcende a formação meramente disciplinar do estudante (ALVARENGA et al., 2013). São essas diretrizes, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, que contribuem para o conhecer, o saber fazer e o saber ser em processos de reflexão, interação e transformação da sociedade.

Atender na extensão universitária esta diretriz requer compreensão dos conceitos e atributos que permite a solidariedade entre interdisciplinaridade e interprofissionalidade.

Em relação à diretriz Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão está pronta para a necessidade de articulação da extensão com os processos de formação (ensino) e de produção científica (pesquisa) sendo, ainda hoje, considerada como um gargalo da extensão universitária, pois “remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia” (TAUCHEN; FÁVERO, 2011, p. 406).

Outra diretriz que deve balizar as práticas extensionista nas IES é o Impacto na Formação do Estudante, entende-se que a participação dos discentes em atividades de extensão pode promover a compreensão de maior abrangência das articulações entre a IES e a sociedade, além de possibilitar a vivência, em diferentes situações, de levantamento, discussão e resolução de problemas contemporâneos postos à prática extensionista.

É importante ressaltar que a participação dos estudantes nas atividades de extensão deve ter uma finalidade pedagógica bem definida, ter acompanhamento por parte dos docentes e/ou técnicos, deve ainda envolvê-los nas diferentes etapas de construção das ações e contar com metodologias de participação ativa e crítica, além de mecanismos de monitoramento e avaliação da participação.

Além da possibilidade de contribuir com a formação acadêmica dos estudantes e possibilitar a construção de novos problemas de pesquisa, algumas questões se apresentam como necessárias à extensão universitária. Uma delas perpassa à boa intenção e o “otimismo

transformador” da extensão universitária apontada por Coelho (2014) como um ponto pouco debatido e problematizado em seus limites internos e externos.

Talvez se possa dizer que, para quem faz e vivencia a Extensão Universitária, as experiências são pessoalmente riquíssimas e desempenham grande papel na formação continuada dos docentes e dos técnicos, e, no mesmo sentido, para os jovens estudantes em formação. Por isso, ela é considerada uma oportunidade e uma possibilidade de aprendizagens para toda a comunidade universitária. Contudo, sabe-se que essas aprendizagens só são apropriadas de forma criativa e motivadora quando as práticas não abrem mão da reflexão conjunta e da sistematização (empírica e teórica) da crítica e da autocrítica, que só se torna saudável, nos grupos internos e externos à Universidade, quando intencionalmente é realizada como parte das atividades de intervenção (COELHO, 2014, p.170-171).

Por fim, mas não menos importante, a diretriz do Impacto e Transformação Social defende a extensão como inter-relação entre as instituições de ensino e os diferentes setores e sujeitos da sociedade a fim de construir ações transformadoras fundamentadas nos “interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas” (FORPROEX, 2012, p. 19).

Essa é uma diretriz pedagógica importante, mas é sobretudo, uma diretriz política, por possibilitar o atendimento de necessidades básicas da população, imprimindo às ações extensionistas as seguintes características:

- (i) Privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social;
- (ii) Abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide;
- (iii) Efetividade na solução do problema. Cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja a de seu processo de implementação (monitoramento), seja a de seus resultados e impactos sociais (FORPROEX, 2012, p.21).

A tarefa de extensão universitária, por todo exposto é essencial à própria função social das Instituições de Ensino Superior, e para sua plena realização é preciso, ainda, superar vários desafios entre os quais aponta-se os seguintes:

- Inexistência de políticas internas de extensão na maioria das universidades, no sentido de

se dar respaldo institucional à relação interativa-transformadora entre a academia e a comunidade, na relação com o ensino, a pesquisa e a extensão;

- Vencer a burocracia, a tendência à acomodação, a rotina exacerbada, a resistência à mudança, a morosidade dos fluxos administrativos;
- Realizar as ações com a comunidade e não para a comunidade;
- Impedir a execução de ações relevantes em si, mas indevidamente denominadas Atividades de Extensão, face à sua desvinculação com o ensino e a pesquisa;
- Ampliar o grau de formalização da extensão na estrutura universitária;
- Tornar crescente o grau de participação da extensão no orçamento da universidade;
- Aumentar o envolvimento dos docentes, técnicos e discentes nas atividades de extensão e;
- Implantação urgente da curricularização da extensão nos cursos de graduação e de pós-graduação das IES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que, ao longo do trabalho de extensão, as universidades e institutos de ensino técnico/tecnológico que fazem a extensão universitária, além de atuar nos processos de transformação da sociedade, também transformam a si mesmos e aos sujeitos componentes de seus quadros técnicos administrativos, docentes e discentes, como parte da própria sociedade. Assim as transformações devem ocorrer dialeticamente de fora para dentro e de dentro para fora.

Outro aspecto importante nesta relação deve-se ao reconhecimento da importante contribuição de grupos, comunidades, organizações sociais e mesmo atores sociais individuais na viabilização de pesquisas e processos formativos aos discentes, docentes e técnicos.

A relação da universidade com a sociedade, através das práticas de extensão universitária, se traduz de fato na viabilização de ações que a integra ao ensino e à pesquisa, bem como outras ações continuadas. Essa relação também possibilita a articulação de processos sociotécnicos, efetividade no tempo e nos resultados da ação extensionista desenvolvida pela universidade e nos processos de ensino e pesquisa viabilizadas através desta relação universidade sociedade.

As considerações de Coelho (2014) e Paula (2013) nos permite concluir que as dificuldades de reflexão quanto aos conceitos e práticas da Extensão Universitária perpassam

à natureza complexa inerente a esta dimensão do fazer acadêmico. O compromisso com as transformações sociais e as implicações éticas que este compromisso nos remete ao caminho do diálogo, da alteridade, da participação e da emancipação dos sujeitos sociais envolvidos nas intervenções promovidas pela comunidade acadêmica.

No âmbito acadêmico faz-se necessário debater as consequências e impactos nos grupos sociais das diferentes formas e propostas de Extensão Universitária. Considerando o compromisso social da Extensão Universitária é urgente o debate pertinente à superação do modelo difusionista autoritário e hierárquico no âmbito acadêmico de modo a envolver as comunidades com as quais as universidades se relacionam. Superar a concepção da “via de mão única” ainda é um desafio posto dentro das instituições, onde a extensão é comumente entendida como o “levar da universidade” para a sociedade aquilo que aquela considera importante.

Nesse sentido, várias experiências extensionistas foram e vem sendo promovidas no desenvolvidas no país. Cabe destacar, entre 2003 e 2016 a iniciativa do Programa de Extensão Universitária (ProExt) vinculados ao Ministério da Educação. Esse incentivou e destinou recursos financeiros especificamente para a extensão universitária, buscando apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. A partir de 2017 não mais se lançaram editais para esse importante programa de incentivo à extensão nas universidades brasileiras.

Enquanto princípios metodológicos, compreende-se que a Extensão Universitária Democrática e Participativa deve fundamentar-se no paradigma científico da complexidade, superando o reducionismo, a segmentação disciplinar, a monocultura dos saberes e práticas, bem como firmar-se nas noções de multiplicidade, diversidade, interdisciplinaridade e ecologia de saberes e práticas.

Nesse sentido, faz-se necessária a sistematização e divulgação para visibilização e reflexão crítica das experiências e processos de intervenção social que integram ensino, pesquisa e extensão participativa e emancipadora.

De maneira geral constata-se que houveram avanços e conquistas da Extensão Universitária enquanto uma das bases constituintes da universidade. Entretanto, ainda há muito que se avançar, especialmente no que se refere à promoção de relações horizontalizadas entre as propostas de intervenções sociais acadêmicas e as perspectivas das comunidades

envolvidas nestas ações, por isso a pertinência de se falar, buscar fazer e repensar a extensão universitária.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, V. C. **Extensão Universitária**: Proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Mineira de Educação e Cultura, Faculdade de Ciências Empresariais, Belo Horizonte, 2012.

BRASIL, **Lei 11.982** de 29 de dezembro de 2008. Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em: 16 mar. 2015.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n.248, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 16 mar. 2015.

BRASIL, MEC/Setec. **Concepção e diretrizes** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC/Setec, 2008b.

BRASIL, **LEI Nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em jan. 2013

BRASIL, **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 22 jan. 2013.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARR, W; KEMMIS, S. **Becoming critical**: education, knowledge and action research. London: Routledge, 2002.

COELHO, F.M. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. 2 ed. rev. ampl. – Viçosa, MG: Suprema, 2014.

CONIF, Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013.

FAGUNDES, J. **Universidade e Compromisso Social: Extensão, Limites e Perspectivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

FARIA, D.S. (org) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FORPROEX, **Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. Política Nacional de Extensão Universitária. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LEITE, M. T. F.; NUNES, B. M. V. T. Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária – Um resgate histórico 1975-1986. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v.18, n.3, p.427, 2009.

MARINHO, C. M.; FREITAS, H.R. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 3, p. 10-28, edição especial, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/viewFile/744/46> . Acesso em: 01 abr. 2016.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFGM; o Fórum, 2000.

DE FARIA, Dóris Santos. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Editora Universidade de Brasília, 2001.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Textos para discussão n. 48. Brasília. Consultoria Legislativa do Senado Feral. 2008.

ROCHA, R.M.G. A Construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In:

FARIA, D.S.de. **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília. Universidade de Brasília. 2001.

TAUCHEN, G.; FÁVERO, A. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. **Linhas Críticas**, v. 17, n. 33, 2011.

TAVARES, M. das G. M. Os múltiplos conceitos de extensão. In: FARIA, D. S. de (org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília, Universidade de Brasília. 2001.